

# LUGAR DE MEMÓRIA E APROPRIAÇÃO: UMA INTERVENÇÃO SENSORIAL NA PERIFERIA PAULISTANA

José Henrique de Sousa<sup>1</sup>

Sueli Garcia<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe uma intervenção participativa de urbanismo tático em uma esquina da Zona Norte de São Paulo, articulando fenomenologia da percepção, estratégias biofílicas e diretrizes de desenho urbano na escala humana. Metodologicamente, combina observação in loco e questionário (157 respostas) sobre uso e percepção de praças, a fim de identificar barreiras de conforto, segurança e permanência. Os resultados apontam uma lacuna entre frequência de uso de espaços públicos e conforto percebido, sugerindo apropriações predominantemente funcionais. A partir desse diagnóstico, apresenta-se um conjunto de diretrizes e uma proposta espacial (jardim de chuva, mobiliário, requalificação de percurso e iluminação) orientada a aumentar qualidade sensorial, acessibilidade e pertencimento, com foco em replicabilidade em contextos periféricos.

**Palavras-chave:** lugar de memória. Apropriação do espaço público. Fenomenologia da percepção. Urbanismo tático. Biofilia.

**Abstract:** This article proposes a participatory tactical urbanism intervention at a street corner in São Paulo's North Zone, bringing together phenomenology of perception, biophilic strategies, and human-scale urban design guidelines. Methodologically, it combines on-site observation with a questionnaire (157 responses) on the use and perception of public squares, in order to identify barriers to comfort, safety, and opportunities for staying. The findings indicate a gap between the frequency of public space use and perceived comfort, suggesting predominantly functional forms of appropriation. Based on this diagnosis, the article presents a set of guidelines and a spatial proposal (rain garden, urban furniture, route upgrading, and lighting) aimed at enhancing sensory quality, accessibility, and a sense of belonging, with an emphasis on replicability in peripheral contexts.

**Keywords:** place of memory. Appropriation of public space. Phenomenology of perception. tactical urbanism. Biophilia.

---

<sup>1</sup> Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (2008) e em fase de conclusão da pós de Arquitetura Digital e Projetos e mestrando em Arquitetura, Urbanismo e Design pela Belas Artes. Atua como professor no SENAC-SP. Lattes em: <http://lattes.cnpq.br/7322721193694088>

<sup>2</sup> Designer de interiores e produto. Doutora em arte, educação e história da cultura. É co-fundadora da Casapobox. Ministra aula em graduação, pós e mestrado em design e conteudista de EAD. É autora do podcast Sardinhas do Design e 3 livros sobre design e cenografia. Desenvolve cenário e figurino para musicais desde 2004.

## Introdução

"Muita gente dá de frente, finge que não vê  
De que adianta vida boa e ter tudo da hora  
Se o meu povo tá no veneno, ah meu Deus e agora  
Eu peço ao senhor que de paz e alegria  
Cuida de nós, O povo da periferia."  
— Ndee Naldinho, O Povo da Periferia (2002).

A epígrafe de Ndee Naldinho não opera apenas como expressão estética: ela condensa um regime de experiência urbana marcado por invisibilização, desigualdade territorial e insistência em existir. Nesse sentido, a canção pode ser lida como um vetor de memória coletiva — um índice narrativo de pertencimento — que ajuda a compreender como determinados espaços periféricos se tornam politicamente significativos. Em diálogo com Pierre Nora (1984), a noção de “lugares de memória” (*lieux de mémoire*) não se restringe a monumentos oficiais: ela se constitui, sobretudo, onde a memória viva precisa resistir a processos de apagamento, simplificação ou esquecimento produzido por narrativas dominantes da cidade.

É sob essa chave que se inscreve o recorte deste trabalho: a intersecção entre a Avenida Guapira e a Rua São Frutuoso, na Zona Norte de São Paulo. A esquina, entendida como microterritório de fluxos e encontros, evidencia um conflito recorrente no urbanismo periférico: a predominância de soluções viárias e técnicas que privilegiam a circulação e a eficiência do tráfego em detrimento da permanência, do conforto e do convívio. Quando a forma urbana impõe ritmos hostis ao corpo — descontinuidade de calçadas, ausência de mobiliário, baixa qualidade ambiental —, o cotidiano tende a reduzir-se ao “passar”, enquanto a possibilidade de “estar” torna-se excepcional.

Figura 1 - Local da intervenção na esquina da Rua S. Frutuoso e Av. Guapira



Fonte: Google Earth, 2025.

A apropriação do espaço público, nessa perspectiva, não é um dado neutro: ela envolve dimensões sensíveis e políticas do direito à cidade, especialmente em territórios historicamente negligenciados. Assim, a intervenção proposta parte do pressuposto de que áreas limítrofes e subqualificadas podem ser ressignificadas como lugares de memória e pertencimento, desde que o desenho urbano favoreça condições materiais e perceptivas de segurança, legibilidade e bem-estar. Alinhado à defesa de Jan Gehl (2013) por cidades desenhadas na escala humana, este projeto articula estratégias de urbanismo tático e soluções biofílicas — como jardins de chuva e elementos de contato com a natureza urbana — para transformar um nó conflituoso em um microespaço de convivência e regeneração ambiental.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa se ancora em quatro eixos: (i) fenomenologia da percepção, para pensar a experiência corpórea do espaço e seus limiares de conforto; (ii) biofilia e literatura de restauração atencional, para sustentar o papel de qualidades ambientais no bem-estar; (iii) neurociência aplicada ao urbanismo, como campo de diálogo que permite qualificar os efeitos do ambiente sobre percepção e comportamento; e (iv) urbanismo tático, como estratégia de resposta rápida, testável e replicável. Complementarmente, a noção de

imagem urbana em Kevin Lynch (1960) contribui para compreender como o espaço se constitui por camadas de percepção e reconhecimento, nas quais intervenções localizadas podem alterar, de modo desproporcional, a leitura e o uso do lugar.

Metodologicamente, adotou-se abordagem quanti-qualitativa voltada à percepção ambiental. O principal instrumento de coleta foi um questionário estruturado aplicado a 157 respondentes, buscando mapear padrões de uso, barreiras percebidas e expectativas relativas ao espaço público em contextos periféricos. Ainda que a intersecção da Avenida Guapira apresente fluxos mistos, os dados indicam centralidade do pedestre na experiência cotidiana do entorno. Observou-se um hiato relevante entre o uso e a qualidade percebida: 80,9% dos participantes afirmaram frequentar espaços públicos, enquanto apenas 37,6% declararam sentir-se confortáveis nesses ambientes.

Essa diferença sugere que a apropriação, quando ocorre, tende a ser predominantemente funcional (passagem e necessidade) e menos associada à permanência e ao vínculo afetivo com o lugar. Nesse quadro, o desconforto relatado funciona como evidência de barreiras ambientais e projetuais que limitam o direito de “estar” no espaço público. A intervenção tática, portanto, é justificada como resposta pragmática e política à negligência seletiva: ao reposicionar a escala humana no desenho do nó viário — com qualificação do percurso, mobiliário adaptado, sombreamento e infraestrutura verde — pretende-se converter um espaço de atravessamento em um lugar de permanência, reconhecível e apropriável pela comunidade.

### **Apropriação e Intercorporeidade: Fundamentos Fenomenológicos para a Cidade Digna**

A apropriação popular dos territórios públicos constitui direito fundamental à cidade, representando mecanismo essencial para a construção coletiva de ambientes urbanos dignos, seguros e acolhedores. Este processo transcende a utilização meramente funcional, configurando-se como fenômeno de incorporação do ambiente urbano à experiência vivida das comunidades.

Merleau-Ponty (1945), em sua fenomenologia da percepção, demonstra que a experiência espacial não se limita à visão, envolvendo todo o corpo numa relação dinâmica



**REVISTA BELAS ARTES**

Volume 49, Número 3  
Setembro - Dezembro / 2025

ISSN: 2176-6479

com o ambiente. Essa perspectiva corporificada oferece fundamentos teóricos importantes para compreender como as comunidades podem transformar territórios urbanos por meio de sua presença ativa e engajada.

A busca por uma cidade mais receptiva e diversa requer o desenvolvimento de identidades locais que emergem da interação cotidiana entre moradores e seus territórios. Tal construção identitária não ocorre apenas no nível individual, manifestando-se como fenômeno intersubjetivo que Merleau-Ponty (1945) denomina intercorporeidade: corpos se ajustam uns aos outros no espaço comum de maneira pré-reflexiva, estabelecendo microcoordenações (distâncias, desvios, pausas, aproximações, modos de estar) que configuram atmosferas de acolhimento ou de ameaça. Nessa lógica, referências sensoriais — visuais e materiais — e elementos naturais (sombra, vegetação, água, texturas menos hostis) atuam como âncoras perceptivas capazes de aumentar legibilidade, conforto e disponibilidade para a convivência, fortalecendo vínculos afetivos com o lugar.

Ao aplicar o conceito de intercorporeidade de Merleau-Ponty, compreendemos que o corpo não está apenas no espaço; ele habita o espaço por meio da ação. No entanto, a “irregularidade dos degraus” identificada na análise do local atua como uma rutura fenomenológica: em vez de o ambiente ser uma extensão do corpo em movimento, ele torna-se um obstáculo. A rugosidade e a precariedade da escadaria interrompem a fluidez corpórea, forçando o sujeito a uma consciência constante e exaustiva dos seus passos, o que anula a possibilidade de uma experiência estética ou de repouso no território.

O conceito de escala humana em *Cidades para pessoas* (2013), de Jan Gehl, complementa essa leitura ao demonstrar que a qualidade do espaço público depende da correspondência entre desenho urbano e capacidades sensoriais do corpo: caminhar com segurança, enxergar e ser visto, sentir-se confortável para parar, encontrar suportes para pequenas permanências. Onde o desenho privilegia a lógica do fluxo e desconsidera o corpo (calçadas precárias, ausência de mobiliário, pouca sombra, barreiras de acesso), a apropriação tende a se restringir ao necessário; onde o desenho favorece conforto e legibilidade, ampliam-se as possibilidades de cuidado coletivo e uso compartilhado. Por isso, intervenções participativas e incrementais — especialmente no repertório do urbanismo

tático — podem atuar como estratégias de democratização do direito à cidade, ao testar e consolidar melhorias de baixo custo com alto impacto experiencial.

Os dados do questionário dialogam com essas premissas ao indicar tanto a presença do uso quanto a demanda por qualidade sensorial: 80,9% dos respondentes afirmam frequentar espaços públicos, apontando descanso e relaxamento (67,5%), paisagismo (61,8%) e atividades físicas (46,5%) como atrativos relevantes. Esses resultados sugerem que a permanência desejada está associada a condições de contemplação, conforto e contato com qualidades ambientais — elementos convergentes com uma leitura fenomenológica do espaço, na qual o corpo busca ambientes capazes de sustentar repouso, atenção aberta e sociabilidade, e não apenas circulação.

### **Micro-oásis Urbanos: Biofilia e Restauração Cognitiva na Periferia**

A adoção de princípios biofilicos, em diálogo com a neurociência aplicada ao urbanismo, justifica-se pela criticidade do contexto periférico analisado, no qual a escassez de infraestrutura verde e a degradação ambiental tendem a intensificar o cansaço sensorial, o desconforto térmico e a sensação de insegurança. Nesse cenário, intervenções de pequena escala podem operar como micro-oásis urbanos: dispositivos de pausa e recomposição perceptiva capazes de oferecer refúgio, sombra, legibilidade espacial e oportunidade de permanência, sem depender de grandes obras.

A literatura contemporânea sobre bem-estar urbano reforça que a qualidade ambiental não é um adorno, mas um componente ativo da saúde mental cotidiana. No campo da biofilia, a presença de vegetação, água, texturas orgânicas e micro-habitats — incluindo jardins e árvores frutíferas — é associada a estados de relaxamento e à redução do estresse, sugerindo benefícios que excedem a dimensão estética. A hipótese biofílica, formulada por Biophilia, oferece um marco para compreender por que elementos vivos tendem a favorecer vínculos afetivos com o lugar e a qualificar a experiência urbana.

Além disso, a iluminação adequada, seja natural ou artificial, influencia os ritmos circadianos e a sensação de segurança, impactando diretamente os padrões de uso do espaço ao longo do dia. O design inclusivo, alinhado aos princípios de Jan Gehl (2013) sobre cidades

em escala humana, é fundamental para promover a convivência e a integração social, afinal, um espaço público só se consolida como lugar quando oferece condições materiais para caminhar, parar, sentar, observar e encontrar o outro com conforto e previsibilidade.

A apropriação informal dos degraus e do muro, registrada em observações visuais, confirma a tese de Whyte (1980) de que "o que atrai pessoas é, sobretudo, outras pessoas", reforçando a importância do mobiliário urbano adequado para estimular encontros casuais e fortalecer o tecido comunitário. Os dados do questionário aplicado sustentam essa observação, uma vez que 64,3% dos respondentes indicaram "sociabilizar" como atividade praticada ou desejada em praças, enquanto 76,4% mencionaram "descansar".

Figura 2 – Registros de apropriação do espaço em vários momentos do dia



Fonte: Foto de José Henrique de Sousa.

A inclusão de elementos naturais, como a jabuticabeira e o jardim de chuva, não é meramente ornamental, mas uma estratégia fundamentada na Teoria da Restauração da Atenção (Kaplan; Kaplan, 1989). A presença de “fractais naturais” — padrões geométricos

repetitivos encontrados nas folhagens — e a curvatura orgânica das plantas promovem o que a neurociência aplicada ao urbanismo chama de *soft fascination* – fascinação suave. Esse tipo de estímulo visual suave é capaz de reduzir a fadiga mental acumulada pelo ruído e pela rigidez do ambiente construído da Avenida Guapira, promovendo uma regeneração cognitiva e reduzindo os níveis de cortisol dos transeuntes.

### **O Lugar da Intervenção: Uma Análise da Esquina Guapira-São Frutuoso**

A escolha da esquina formada pelo encontro da Avenida Guapira com a Rua São Frutuoso, no bairro Vila Gustavo, fundamenta-se em critérios que integram análises fenomenológicas da experiência espacial com considerações práticas de replicabilidade e impacto urbano. O local apresenta características típicas dos espaços urbanos periféricos paulistanos, configurando-se como um laboratório ideal para testar estratégias de intervenção que possam ser posteriormente adaptadas e multiplicadas em contextos similares.

Figura 3 - Local da intervenção – esquina da rua São Frutuoso com a Av. Guapira



Fonte: Foto de José Henrique de Sousa.

A leitura do sítio — a esquina Guapira–São Frutuoso — combinou observação direta com um questionário de percepção ambiental aplicado de forma anônima via Google Forms, disponibilizado por link e sem coleta de informações identificadoras. Essa triangulação indica uma tensão recorrente no uso do espaço público periférico: 73,2% dos participantes afirmam possuir uma praça próxima à residência, porém apenas 37,6% se sentem confortáveis no espaço que frequentam. Os principais vetores de desconforto foram insegurança (34,4%) e falta de estrutura (30,6%); no caso específico da esquina analisada, a falta de estrutura corresponde a carências observáveis (ausência de mobiliário e sombreamento, percurso pouco convidativo e baixa qualidade do ambiente), que restringem a permanência e empurram a apropriação para um uso predominantemente funcional.

A simplicidade morfológica da esquina, aliada à sua função de articulação entre diferentes fluxos urbanos, oferece condições propícias para experimentar como pequenas modificações espaciais podem gerar transformações significativas na qualidade da experiência urbana. Do ponto de vista fenomenológico, a seleção considera a esquina como um espaço de transição onde diferentes temporalidades e corporalidades se encontram. Merleau-Ponty (1945) enfatiza que nossa percepção espacial emerge da interação dinâmica entre o corpo e o ambiente, criando campos perceptuais que se estendem além dos limites físicos imediatos.

A topografia acentuada da esquina, com seu declive significativo e a presença da escadaria, cria um ambiente espacial que desafia os corpos em movimento, oferecendo oportunidades únicas para explorar como modificações no desenho urbano podem melhorar a experiência corpórea de navegação no espaço. A proximidade com o sistema de transporte público e a presença de fluxos regulares de pedestres conferem ao local uma vitalidade urbana que justifica investimentos em melhorias espaciais.

Figura 4 - Visão noturna do local da intervenção – esquina da rua São Frutuoso com a Av. Guapira



Fonte: Foto de José Henrique de Sousa.

Para mitigar o índice de 45,9% de insatisfação quanto à manutenção, a proposta rompe com a lógica de intervenção estatal isolada, adotando o modelo de gestão compartilhada do urbanismo tático. A introdução de elementos biofílicos, como o jardim vertical e a jabuticabeira, é acompanhada por um plano de zeladoria comunitária.

A manutenção deixa de ser um custo técnico para se tornar um ato de apropriação: a rega e o cuidado com as espécies vegetais serão articulados com o comércio local e moradores do entorno imediato, criando um "senso de dono". Ao envolver a comunidade na montagem do mobiliário e no plantio, o projeto estabelece uma barreira social contra o vandalismo, garantindo que a intervenção se mantenha resiliente e esteticamente preservada ao longo do tempo.

## **Análise do Ambiente: Percepção Multissensorial e Dinâmicas Socioespaciais**

A esquina analisada revela uma configuração espacial complexa, na qual experiências sensoriais e dinâmicas sociais se sobrepõem. A topografia acentuada, com declive aproximado de 4 a 5 metros, torna a variação altimétrica um elemento central da vivência corpórea, produzindo experiências cinestésicas que, na chave fenomenológica, podem ser associadas ao conhecimento incorporado do espaço (Merleau-Ponty, 1945). Essa morfologia condiciona os fluxos de deslocamento e permanência, bem como as qualidades acústicas, visuais e táteis do local.

A escadaria triangular, com cerca de 6 metros de largura, atua como mediadora entre os corpos e a topografia; contudo, sua divisão por corrimão central e a irregularidade dos degraus produzem assimetrias de acessibilidade, evidenciando como o desenho urbano pode incluir ou excluir usuários. A priorização da circulação em detrimento da qualidade sensorial e da permanência se expressa em superfícies degradadas e em uma ambiência pouco acolhedora.

Os dados do questionário aplicado indicam que apenas 25,5% dos espaços públicos frequentados pelos respondentes dispõem de acessibilidade física adequada (por exemplo, rampas de acesso), enquanto 16,6% são relatados como inacessíveis. Esses resultados convergem com as observações realizadas na esquina estudada, onde barreiras físicas limitam de modo significativo o uso inclusivo do espaço.

A inclinação do terreno, somada à impermeabilização, intensifica as enxurradas em dias de chuva e agrava os problemas de drenagem. O muro de arrimo possui altura total entre 4 e 5 metros, sendo que, desse total, 90 centímetros acima do piso superior correspondem a um muro que atua como guarda-corpo. Este, frequentemente utilizado como assento improvisado, expõe os usuários ao risco de queda e evidencia a ausência de mobiliário urbano apropriado.

Figura 5 - Uso do guarda-corpo como assento – esquina da rua São Frutuoso com a Av. Guapira



Fonte: Foto de José Henrique de Sousa.

A análise das necessidades identificadas no questionário indica que os elementos mais desejados pelos usuários são bancos (91,7%), sombra, frescor e água (87,9%), e iluminação (89,2%). Em contraste, entre os aspectos percebidos como mais ausentes nos espaços frequentados destacam-se manutenção (45,9%), segurança (46,5%) e bebedouros (43,9%) — fatores que dialogam diretamente com as deficiências observadas na esquina analisada e ajudam a explicar por que o uso tende a se concentrar no atravessamento, e não na permanência.

Nesse contexto, a reorganização do espaço não se limita à requalificação estética: ela envolve a correção de barreiras físicas que restringem a permanência, o encontro e o uso compartilhado do lugar. O diagnóstico identificou que a escadaria atual produz assimetrias de acesso e, na prática, segrega usuários com mobilidade reduzida, limitando a experiência coletiva do espaço.

A intervenção técnica propõe a regularização dos degraus e a instalação de corrimãos duplos e contínuos, em conformidade com a NBR 9050, além da inclusão de rampa com inclinação adequada e piso tátil de alerta. Mais do que atender a uma exigência normativa, essas medidas respondem a uma premissa fenomenológica: permitir que o espaço seja percorrido por diferentes corpos com continuidade e previsibilidade, sem impor um estado permanente de alerta. Ao qualificar a transição topográfica na intersecção, a escadaria deixa de operar como obstáculo e passa a funcionar como infraestrutura inclusiva de deslocamento e permanência, ampliando o acesso e, conseqüentemente, democratizando a experiência do espaço público.

Com isso, a acessibilidade deixa de ser apenas condição técnica e passa a operar como infraestrutura de pertencimento: ao viabilizar permanência e encontro, abre-se caminho para que as estratégias seguintes — mobiliário de descanso, sombreamento, água e iluminação — atuem não como adorno, mas como suporte efetivo à apropriação sensorial e social do lugar.

Uma vez asseguradas as condições mínimas de acesso e permanência — isto é, quando o espaço deixa de impor barreiras e passa a sustentar o encontro — a esquina pode também operar como suporte de reconhecimento simbólico, ativando continuidades entre a experiência cotidiana e as narrativas que atravessam o território. É nesse ponto que se abrem as “âncoras da memória”, articulando a história local e suas marcas materiais às cartografias afetivas da cidade, como as que emergem na cultura urbana paulistana em Adoniran Barbosa.

### **Ancoragens da Memória: Da Estrada do Guapira ao Trem das Onze**

A história da Avenida Guapira revela camadas temporais que conectam o presente urbano às raízes históricas e sociais da região, fundamentais para compreender a identidade territorial do local de intervenção. O nome Guapira, oriundo do tupi e nome de um pequeno rio que desaguava no Rio Cabuçu, designava toda a área atualmente conhecida como Jaçanã e remete ao significado de "começo do vale" ou "as cabeceiras, as nascentes", evocando a ancestral relação entre a geografia natural e os primeiros assentamentos.

Desde os tempos coloniais, a região era percorrida por bandeirantes e sertanistas que seguiam pela antiga Estrada do Guapira, caminho que estruturou fluxos entre São Paulo, Guarulhos, Mairiporã, Atibaia e Minas Gerais. O traçado da via, que permaneceu como estrada até 1961, foi fundamental para a articulação territorial e, posteriormente, para a integração dos bairros periféricos ao centro metropolitano, hoje potencializada pelo sistema de transporte público.

Outro marco do desenvolvimento local foi o Tramway da Cantareira, popularmente conhecido como "Trem das Onze", que operou de 1893 a 1965, inicialmente transportando materiais para a construção de adutoras e, depois, passageiros. Esse trem impulsionou a

ocupação da região e inspirou Adoniran Barbosa a compor a célebre música que projetou o bairro internacionalmente.

Figura 6 - Locomotiva a vapor da Estrada de Ferro Cantareira (c. 1949)



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tramwaycant.JPG>.

Esta contextualização histórica ressoa com os conceitos de "lugares de memória" desenvolvidos por Nora (1984-1992), segundo os quais territórios aparentemente ordinários carregam significados coletivos que transcendem sua materialidade imediata, constituindo-se em ancoragens identitárias para as comunidades locais.

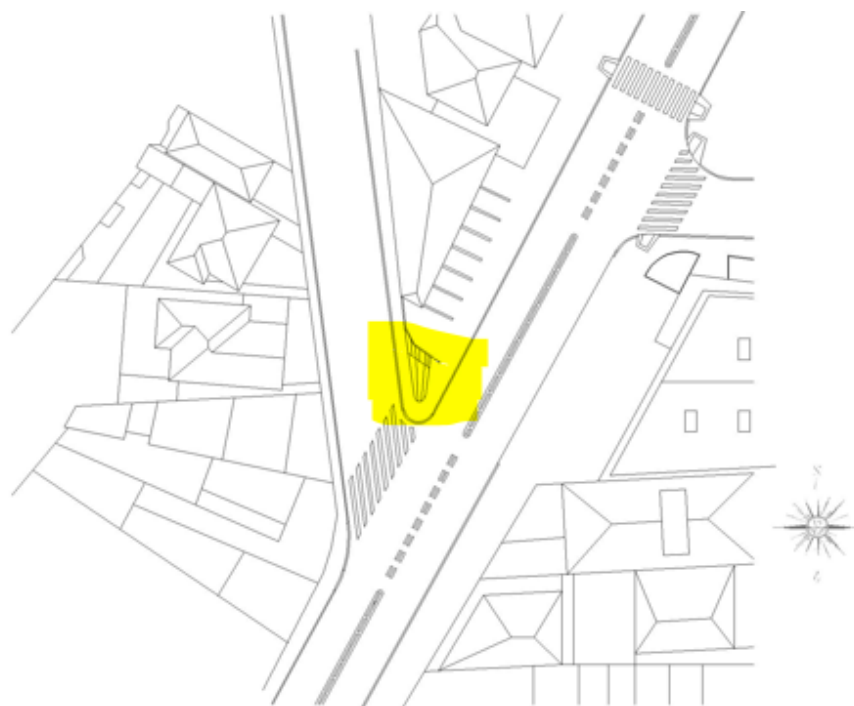
### **Proposta de Reorganização Espacial e Criação de Novos Equipamentos**

A reorganização espacial da esquina parte de uma lógica orientada por verbos de ação — contemplar, descansar, transitar, encontrar, aguardar e cuidar —, reconhecendo que espaços urbanos de qualidade devem acomodar uma diversidade de práticas corporais e sociais. O objetivo é potencializar as apropriações positivas já existentes, ao mesmo tempo

em que se mitigam conflitos e problemas identificados no diagnóstico, criando ambientes que favoreçam tanto o movimento quanto a permanência, a sociabilidade e a contemplação individual.

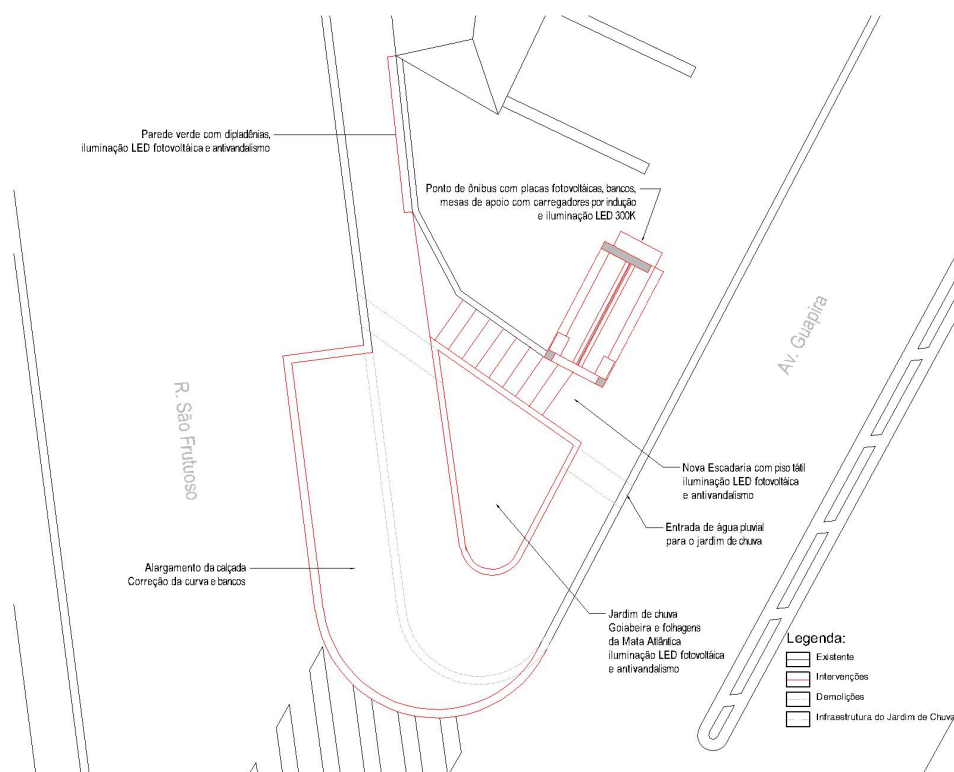
A proposta responde diretamente às necessidades identificadas no questionário aplicado, no qual os participantes indicaram como principais atividades desejadas: passear (73,2%), descansar (76,4%), contemplar (65,6%) e sociabilizar (64,3%). Ademais, os equipamentos mais solicitados foram bancos (91,7%), e sombra e frescor (87,9%), elementos todos contemplados na intervenção proposta.

Figura 7 - Situação atual da esquina da Avenida Guapira com a Rua São Frutuoso



Fonte: Desenho de José Henrique de Sousa.

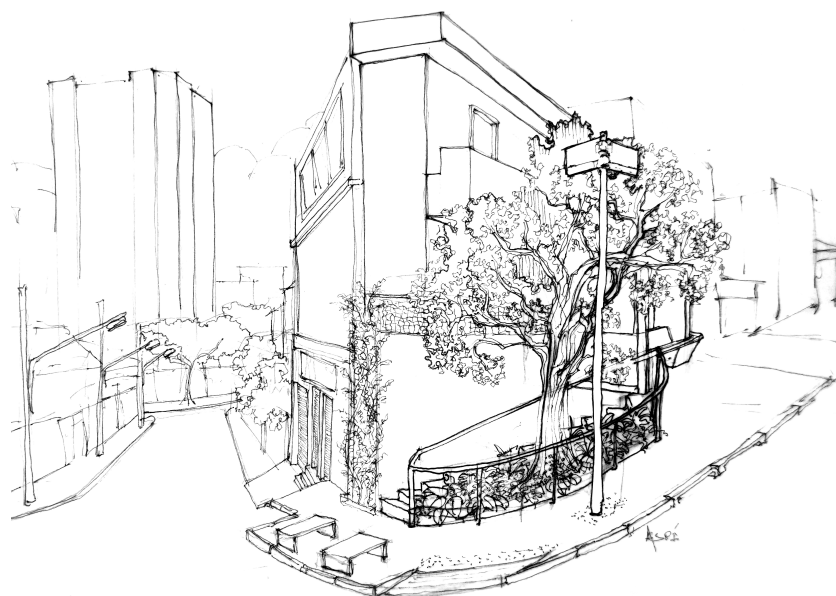
Figura 8 – Proposta de intervenção



Fonte: Desenho de José Henrique de Sousa.

A implantação do jardim vertical na empena cega do muro de arrimo transforma um espaço sensorialmente negligenciado em um elemento de contemplação e reconexão com a natureza. Para esse jardim, foi escolhida a Dipladênia, em duas variações de cores, por ser uma planta do nosso bioma, bastante resiliente e de floração constante. O destaque para a jabuticabeira como eixo central do jardim estabelece uma referência temporal e afetiva de longo prazo, promovendo vínculos duradouros com a comunidade e atraindo para o local uma fauna urbana bastante variada, especialmente pássaros que já circulam normalmente pela região. O uso de espécies resilientes da Mata Atlântica, incluindo PANCS, ao redor da árvore principal, reflete a adaptação às condições urbanas e a busca por baixa manutenção, atendendo à demanda por manutenção adequada identificada por 45,9% dos participantes do questionário.

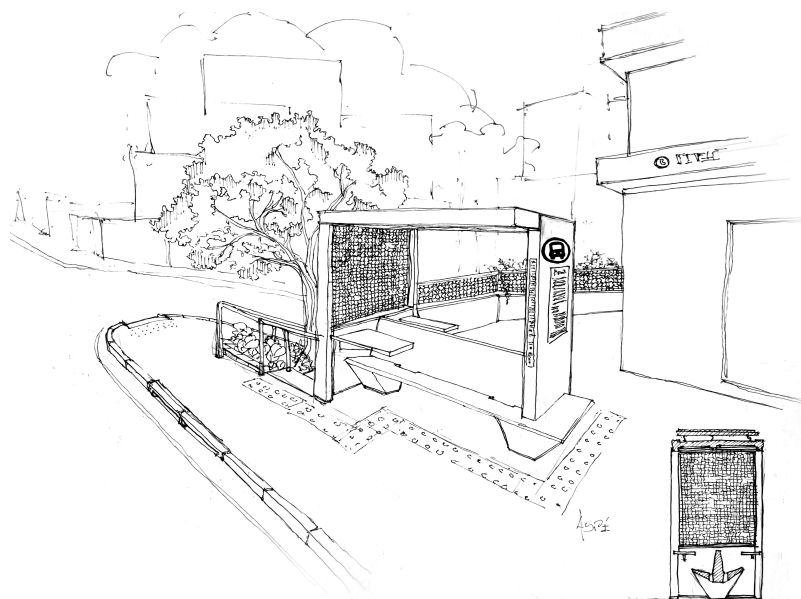
Figura 9 - Proposta vista 1 da esquina da rua São Frutuoso com a Av. Guapira



Fonte: Desenho de José Henrique de Sousa.

A requalificação do ponto de ônibus, com instalação de cobertura, assentos, sistemas de carregamento de dispositivos móveis e, desejavelmente, um bebedouro (o que exigiria um estudo mais aprofundado sobre a disponibilidade de ponto hidráulico e de manutenção por parte dos órgãos públicos), atende às necessidades contemporâneas de conforto, conectividade e sociabilidade dos usuários do transporte público. A iluminação LED fotovoltaica, além de reforçar a segurança noturna — preocupação manifestada por 46,5% dos participantes —, utiliza luminárias focais no jardim para criar jogos de luz e sombra, enquanto lâmpadas de cor quente no jardim e de cor morna no ponto de ônibus proporcionam conforto visual e estimulam o bem-estar.

Figura 10 - Proposta vista 2 do ponto de ônibus na Av. Guapira



Fonte: Desenho de José Henrique de Sousa.

### **Processo Criativo: Integração Teórico-Prática e Participação Comunitária**

O processo criativo da intervenção fundamenta-se na integração entre conhecimento teórico e experimentação prática, reconhecendo que a transformação de espaços urbanos exige tanto rigor conceitual quanto sensibilidade às necessidades locais. O projeto valoriza o diálogo entre saberes especializados e as práticas cotidianas que emergem do uso do espaço, priorizando a escuta e a observação atenta das dinâmicas sociais e ambientais.

A metodologia do urbanismo tático, conforme definida por Lydon e Garcia (2015), orienta a materialização das propostas de forma incremental e participativa, começando por ações comunitárias de pequena escala, como adequações iniciais de acessibilidade (regularizações pontuais, sinalização e melhorias provisórias de percurso) e o plantio inicial do jardim. Essa abordagem *bottom-up* reconhece que a transformação urbana sustentável nasce da apropriação e do cuidado coletivo, promovendo processos de pertencimento e engajamento comunitário.

Os dados coletados no questionário indicam que 55,4% dos respondentes alteraram sua relação com espaços públicos após a pandemia, revelando uma crescente consciência sobre a importância desses ambientes para a saúde mental e física. Essa constatação reforça a relevância de processos participativos que considerem as mudanças nas formas de apropriação espacial contemporâneas.

A dimensão biofílica da proposta considera as necessidades humanas e as dinâmicas ecológicas locais, optando por espécies nativas da Mata Atlântica no jardim vertical e pelo plantio de uma árvore frutífera, como jaboticabeira, pitangueira ou goiabeira. Essa escolha integra sistemas urbanos e naturais, associando-se a efeitos de bem-estar descritos na literatura de neurociência ambiental e psicologia ambiental, e responde à demanda por vegetação manifestada por 19,1% dos respondentes como elemento faltante nos espaços que frequentam.

### **Considerações Finais**

A intervenção proposta para a esquina da Avenida Guapira com a Rua São Frutuoso demonstra como a integração de conceitos fenomenológicos, princípios biofílicos e estratégias de urbanismo tático pode qualificar espaços urbanos periféricos. A fundamentação em Merleau-Ponty (1945) sustenta a compreensão de que modificações no ambiente físico alteram modos de habitar e de se apropriar do espaço, ampliando possibilidades de experiências mais inclusivas e contínuas.

A pesquisa empírica, realizada por meio de questionário aplicado a 157 participantes, forneceu subsídios para orientar as propostas. Os resultados evidenciam demanda por infraestrutura básica de permanência: bancos (91,7%), sombra e frescor (87,9%) e iluminação (89,2%). Ao mesmo tempo, os fatores de desconforto associados à insegurança e à falta de estrutura indicam que a qualidade do espaço público depende tanto de atributos materiais (mobiliário, manutenção, acessibilidade) quanto de condições perceptivas de previsibilidade e confiança no uso cotidiano.

Os dados revelam uma tensão estrutural na vivência da Zona Norte: embora 80,9% dos respondentes utilizem espaços públicos, apenas 37,6% declaram sentir-se confortáveis,

diferença superior a 43 pontos percentuais. Essa disparidade aproxima-se do diagnóstico de Gehl (2013) sobre ambientes que “repelem” o corpo: a apropriação ocorre por necessidade, e não por desejo, reforçando o caráter de passagem quando faltam mobiliário, suporte à permanência e infraestrutura mínima. A intervenção, portanto, justifica-se como resposta à falta de estrutura observada e relatada, com foco em acesso, permanência e encontro.

A metodologia participativa adotada reforça que a sustentabilidade de intervenções urbanas depende da construção de vínculos entre comunidades e seus lugares. Pequenas modificações espaciais, quando fundamentadas em leitura atenta das dinâmicas locais e implementadas de modo colaborativo, podem produzir efeitos que excedem sua escala física, especialmente ao reposicionar a escala humana e o conforto sensorial como critérios centrais.

A constatação de que 55,4% dos respondentes alteraram sua relação com os espaços públicos após a pandemia indica maior consciência sobre sua relevância para a saúde mental e física. Esse dado reforça a pertinência de intervenções que privilegiem qualidade sensorial e oportunidades de contemplação, bem como condições de uso em diferentes horários e perfis de permanência.

As contribuições desta experiência extrapolam o design de equipamentos urbanos, oferecendo insights para debates sobre participação social, sustentabilidade ambiental e democratização do planejamento urbano. A articulação entre estratégias de baixo custo e soluções ambientais de pequena escala sugere caminhos viáveis e replicáveis para criar espaços mais resilientes em territórios periféricos.

O papel da praça pública, conforme indicado pelos participantes, abrange lazer e entretenimento (76,4%), exercício de política (59,9%) e promoção de saúde e bem-estar (65,6%), evidenciando a multifuncionalidade do espaço público e a necessidade de intervenções capazes de acolher essa diversidade de usos e significados.

Como limitação, o questionário foi aplicado on-line, de forma anônima e por meio de link, o que favorece a participação voluntária, mas não constitui uma amostragem probabilística. Assim, os percentuais devem ser lidos como indicadores consistentes de percepção, especialmente quando triangulados com a observação direta do sítio. Etapas futuras podem incluir entrevistas breves in loco, mapeamento de fluxos em horários distintos

e avaliação pós-implementação com métricas simples de uso, permanência e sensação de segurança.

Futuras pesquisas poderão explorar como princípios fenomenológicos informam outras escalas de intervenção urbana. A experiência aqui relatada reafirma a potência de abordagens interdisciplinares que integrem teoria e prática, conhecimento especializado e saberes locais na transformação qualitativa de espaços periféricos, sobretudo quando acompanhadas por estratégias de manutenção, governança e monitoramento ao longo do tempo.

## Referências

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

KAPLAN, Rachel; KAPLAN, Stephen. *The experience of nature: a psychological perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KELLERT, Stephen R.; WILSON, Edward O. (Eds.). *The biophilia hypothesis*. Washington: Island Press, 1993.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. *Tactical urbanism: short-term action for long-term change*. Washington: Island Press, 2015.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

NORA, Pierre; KHOURY, Yara Aun. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

SALINGAROS, Nikos A. *Principles of urban structure*. Amsterdam: Techne Press, 2005.

ULRICH, Roger S. View through a window may influence recovery from surgery. *Science*, v. 224, n. 4647, p. 420-421, 1984.

WHYTE, William H. *The social life of small urban spaces*. Washington: Conservation Foundation, 1980.

WILSON, Edward O. *Biophilia*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.



**REVISTA BELAS ARTES**

Volume 49, Número 3  
Setembro - Dezembro / 2025

ISSN: 2176-6479